

Congresso mudará regimento para votar Emendão este ano

BRASÍLIA — O líder do governo no Senado, Marco Maciel (PFL-PE), disse que o presidente Fernando Collor está convencido de que, mediante acordos de lideranças, poderão ser vencidos os obstáculos regimentais que estão emperrando a tramitação do Emendão, a proposta do governo de emendas à Constituição. Enviado há 20 dias à Câmara, o Emendão ainda não começou a tramitar e as comissões técnicas que devem analisá-lo sequer chegaram a reunir-se. "O presidente teve ótimos sinais de que se poderá resolver o impasse com mudanças regimentais e que, com isso, 80% do Emendão podem ser aprovados ainda este ano", disse Maciel.

Em reunião ontem com líderes governistas, o presidente entendeu que não conseguirá que o Congresso aprove ainda este ano toda a proposta de reforma constitucional. Mas apostou que pelo menos as partes referentes à modernização do Estado e à reforma fiscal poderão ser aprovadas, o que corresponde a 80% do Emendão e é considerado a espinha dorsal do plano do governo de mudar a economia do país. Até sexta-feira passada, o próprio Maciel dizia acreditar que achava mais fácil aprovar uma emenda constitucional modificando o mecanismo de tramitação de emendas do que mudar os regimentos da Câmara e do Senado para facilitar o processo.

Maciel disse que além da modernização do Estado e da reforma tributária, o governo espera ver aprovado ainda este ano o ponto do Emendão que restabelece



Marco Maciel: espinha dorsal

na Constituição brasileira o poder avocatório ao Supremo Tribunal Federal (STF) — provocado pelo procurador-geral da República ou pelo advogado-geral da União, o STF poderia avocar a seu julgamento qualquer causa de interesse nacional que tramitasse em outros juízos, para formar jurisprudência. Maciel acha que uma negociação que inclua os presidentes da Câmara e do Senado pode ajudar a aprovar esta proposta.

O principal entrave identificado pelas lideranças governistas a uma rápida tramitação do Emendão é que, pelo atual mecanismo, uma emenda é analisada separadamente na Câmara e no Senado, sendo submetida nas duas Casas a dois turnos de votação, em que é exigida a aprovação de pelo menos três quintos dos parlamentares (302 deputados e 49 senadores). Os regimentos das duas Casas prevêem a possibilidade de emendas às propostas, e não existe clareza quanto ao que ocorreria se o texto, depois de aprovado em uma das Casas, recebesse emenda na outra. Há quem ache que isso devolveria o texto à Casa onde foi iniciada a tramitação, como ocorre em projetos de lei. Antes da Constituição de 88, uma emenda era votada em primeiro turno apenas pela Câmara e em segundo pelo Senado, desempenhando aí papel de revisor.

□ **O governador Luiz Antônio Fleury** recebeu ontem o governador de Pernambuco, Joaquim Francisco, e hoje encontra o do Ceará, Ciro Gomes, para conversar sobre saídas para a crise e a retomada do desenvolvimento. Em Brasília, o governador do Pará, Jader Barbalho, pediu ao ministro da Economia, Marcílio Marques Moreira, medida temporária que solucione a dívida do estado até que o Congresso aprecie o Emendão. O Pará tem financiamentos externos não pagos de US\$ 103 milhões.